



PRESTAÇÃO CONTAS
Ano 2022



PRESTAÇÃO CONTAS

Ano 2022

1. Balanço Individual
2. Demonstração dos Resultados Por Naturezas
3. Demonstração de Fluxos de Caixa
4. Demonstração das Alterações do Capital Próprio
5. Anexo às Demonstrações Financeiras
6. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
7. Certificação Legal da Contas



BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS (ANEXO)	PERIODOS	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos Fixos Tangíveis	6.1	5 400,91	10 801,75
Ativos Intangíveis	6.2	0,00	0,00
Ativos Financeiros - Outros	6.3	8 806,03	7 444,88
		14 206,94	18 246,63
ATIVO CORRENTE			
Outras Contas a Receber	8	2 815,49	3 908,50
Diferimentos	9	69 852,81	65 634,67
Outros Ativos Financeiros-DP	4	124 250,81	124 242,12
Caixa e Depósitos Bancários	4	592 145,63	665 409,44
		789 064,74	859 194,73
TOTAL DO ATIVO		803 271,68	877 441,36
FUNDO DE CAPITAL E PASSIVO			
FUNDO DE CAPITAL			
Capital Estatutário		500 000,00	500 000,00
Outros Instrum.de Capital- Doações	6.4	43 791,80	43 791,80
Resultados Transitados		5 766,36	4 743,79
		549 558,16	548 535,59
Resultado Líquido do Período		1 072,46	1 022,57
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL		550 630,62	549 558,16
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos Obtidos	6.5	3 100,01	5 378,50
		3 100,01	5 378,50
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores C/C		13 886,52	7 726,57
Estado e Outros Entes Públicos	7	23 323,14	19 964,43
Financiamentos Obtidos	6.5	2 278,49	2 244,29
Outras Contas Pagar	8	210 052,90	292 569,41
TOTAL DO PASSIVO		252 641,06	327 883,20
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		803 271,68	877 441,36

O Contabilista Certificado


(Membro OCC 23 168)

O Conselho de Administração





DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS (ANEXO)	PERÍODOS	
		31/12/2022	31/12/2021
Receitas Atividades Estatutárias	10	1 635 000,00	1 632 938,90
Fornecimentos e Serviços Externos	11	-124 104,11	-103 679,25
Gastos Com o Pessoal	13.2	-379 054,29	-348 648,32
Outros Rendimentos e Ganhos	14	2 046,06	11 038,18
Outros Gastos e Perdas	15	-1 124 194,06	-1 180 557,41
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		9 693,60	11 092,10
Gastos /Reversões de Depreciação e Amortização	6.1	-5 400,84	-7 065,48
Resultado Operacional Antes de Gastos de Financiamento e Impostos		4 292,76	4 026,62
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	16.2	11,68	12,54
Juros e Gastos Similares Suportados	16.1	-924,06	-994,26
Resultados Antes de Impostos		3 380,38	3 044,90
Imposto Sobre o rendimento do Período	17	2 307,92	2 022,33
Resultado Líquido do Período		1 072,46	1 022,57

O Contabilista Certificado

(Membro OCC 23 168)

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade monetária: Euros

	NOTAS ANEXO	PERÍODOS	
		31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos Actividades Estatutárias		1 635 000,00	1 632 938,90
Pagamento Actividades Estatutárias		-1 186 265,64	-1 216 031,95
Pagamentos a fornecedores		-117 944,16	-106 009,37
Pagamentos ao pessoal		-202 465,32	-198 912,52
Caixa gerada pelas operações		128 324,88	111 985,06
Pagam./Recebm.Impostos-IRC,IRS,TSU		-199 050,51	-161 105,26
Outros recebimentos/pagamentos		618,49	-469,34
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-70 107,14	-49 589,54
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	6.1	0,00	-1 639,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares	16.2	11,68	12,54
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		11,68	-1 626,46
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	16.1	-2 244,29	-2 210,89
Juros e gastos similares		-924,06	-994,26
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-3 168,35	-3 205,15
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-73 263,81	-54 421,15
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		665 409,44	719 830,59
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	592 145,63	665 409,44

O Contabilista Certificado

(Membro OCC 23 168)

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais - Doações	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
1	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	500 000,00	43 791,80	2 811,91	1 931,88	548 535,59
2	ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
3	RESULTADOS TRANSITADOS			1 931,88	-1 931,88	0,00
4	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				1 022,57	1 022,57
5	OPERAÇÕES DE CAPITAL - FUNDADORES					
5=1+2+3+4	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	500 000,00	43 791,80	4 743,79	1 022,57	549 558,16
6	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	500 000,00	43 791,80	4 743,79	1 022,57	549 558,16
7	ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
8	RESULTADOS TRANSITADOS			1 022,57	-1 022,57	
9	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				1 072,46	1 072,46
9=7+8		0,00	0,00	1 022,57	49,89	1 072,46
10	OPERAÇÕES DE CAPITAL - FUNDADORES					
11	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	500 000,00	43 791,80	5 766,36	1 072,46	550 630,62

O Contabilista Certificado



(Membro OCC 23 168)

O Conselho de Administração



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Rec
47
PUL

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação GDA com sede na Av. Defensores de Chaves nº 46 A/B em Lisboa, Pessoa Coletiva 509 161 596, foi constituída no mês de Julho do ano Dois Mil e Oito, e tem como objeto social prosseguir atividades que promovam as Artes e a Cultura, nomeadamente, a representação, a dança e a música e atividades destas conexas, bem como, o desenvolvimento de atividades sociais e de assistência aos artistas, interpretes ou executantes, desenvolver ações de formação destes, promover as suas prestações e os seus direitos.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As Demonstrações Financeiras do Exercício de 2022 foram preparadas no quadro das disposições em vigor vertidas no Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março, que aprovou o sistema da normalização contabilística - SNC, bem como na Portaria nº 106/2011, de 14 Março que aprovou o código de contas, aplicáveis às entidades do sector não lucrativo (NCRF - ESNL).

2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e resultados da Fundação GDA.

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com as do período anterior:

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2022 são comparáveis com as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro do Ano 2021.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras são as seguintes:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte, mantidos de acordo com as NCRF em vigor á data da sua elaboração.

3.2 Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Os ativos fixos Tangíveis e Intangíveis estão registados ao custo de aquisição. As respetivas depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas permitidas pelo Decreto regulamentar N.º 25/2009 de 14 de Setembro, tendo sido adotado o disposto no artigo 19º do referido Decreto Regulamentar relativamente aos bens de reduzido valor (unitário = € 1000) amortizados no período de tributação na sua totalidade.

Os ativos fixos tangíveis doados pelo fundador GDA- Gestão dos Direitos dos Artistas, foram registados ao custo de aquisição suportado pela referida entidade no momento da sua compra.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil:

<u>Designação</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e Outras Construções	8
Equipamento Transporte	4
Equipamento Administrativo	1 - 10

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparações que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos bens dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos dos períodos em que são incorridos. Os dispêndios com manutenção e conservação destes ativos são registados como gastos dos períodos em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros Rendimentos e Ganhos" ou "Outros Gastos e Perdas".

3.3 Instrumentos financeiros

3.3.1 Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem e a prazo que podem ser imediatamente mobilizáveis.

Os descobertos bancários a existirem, são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

PL

3.3.2. Terceiros - Outros valores a receber

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros devedores, de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

3.3.3 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo de acordo com o método do custo.

3.3.4 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo.

3.4 Activos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes são definidos como situações que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. A Fundação GDA não reconhece ativos nem passivos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios ou prejuízos económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então os ativos ou passivos deixam de ser considerados contingentes, sendo reconhecidos pelo seu valor estimado.

3.5 Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras Contas a Receber e a Pagar" ou "Diferimentos".

3.6 Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" é calculado com base nos resultados tributáveis da Fundação, de acordo com as regras fiscais em vigor.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos.

4. FLUXOS DE CAIXA

	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
Numerário_Caixa	601,18	728 600,08	729 086,24	115,02
Depósitos à Ordem	664 808,26	2 391 801,10	2 464 578,75	592 030,61
	665 409,44	3 120 401,18	3 193 664,99	592 145,63
Depósitos a Prazo	124 242,12	8,69	0,00	124 250,81
	789 651,56	3 120 409,87	3 193 664,99	716 396,44

FCO
B
PD

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

(a) Tal como mencionado na nota 2.3., as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2022 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

(b) Não foram efetuadas alterações significativas nas estimativas contabilísticas incluídas nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2022 quando comparadas com as estimativas contabilísticas incluídas nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

(c) Não foram identificados erros materiais que afetem as demonstrações financeiras de períodos anteriores.

6. ACTIVO NÃO CORRENTE

6.1 Activos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Ativos	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações e abates	Transfer.	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis					
Equipamento de Transporte	19 418,24	0,00	0,00	0,00	19 418,24
Equipamento Administrativo	60 529,27	0,00	0,00	0,00	60 529,27
	79 947,51	0,00	0,00	0,00	79 947,51 (a)

Depreciações Acumuladas	Saldo Inicial	Reforço do Exercício	Regularizações	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis				
Equipamento de Transporte	9 709,20	4 854,56	0,00	14 563,76
Equipamento Administrativo	59 436,56	546,28	0,00	59 982,84
	69 145,76	5 400,84	0,00	74 546,60 (b)

Valor Líquido (a-b) 5 400,91

6.2 Activos Fixos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2022, os ativos intangíveis têm a seguinte composição:

Ativos	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações e abates	Transfer.	Saldo Final
Software - Programas de Computador	41.140,88	0,00	0,00	0,00	41.140,88
Software - Portal FGDA	50.872,80	0,00			50.872,80
	92.013,68	0,00	0,00	0,00	92.013,68 (a)

Depreciações Acumuladas	Saldo Inicial	Reforço do Exercício	Regularizações	Saldo Final
Ativos Intangíveis				
Software - Programas de Computador	41.140,88	0,00	0,00	41.140,88
Software - Portal FGDA	50.872,80	0,00	0,00	50.872,80
	92.013,68	0,00	0,00	92.013,68 (b)
Valor Líquido (a-b)		0,00		

6.3 Activos Financeiros-Outros

Valor acumulado em 31 de Dezembro de 2022 de € 8 806.03 correspondente ao montante pago no âmbito do Fundo de Compensação de Trabalho, que foi instituído pela Lei 70/2013 de 30 de Agosto.

6.4 O montante de € 43 791,80 registado na Rubrica de Capital - Doações respeita a Equipamento Administrativo e software de gestão doado pela GDA - Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Interpretes e Executantes à Fundação GDA, contabilizado na rubrica Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis.

6.5 Bens em regime de Locação Financeira em 31-12-2022

	Valor de Compra	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido Contabilístico
Equipamento Transporte	19 418,24	14 563,68	4 854,56
	19 418,24	14 563,68	4 854,56

Pagamentos	Capital	Juros
Pagamentos até 1 Ano	2 278,49	65,05
Pagamentos a mais de 1 Ano	3 100,01	7,70
	5 378,50	72,75

7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica Estado e Outros Entes Públicos apresentava a seguinte composição:

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRC Apuramento/A Pagar		1 749,93		747,04
IRS- Imposto S/Rendimento Pessoas Singulares		8 321,50		11 913,88
IVA- Imposto S/valor Acrescentado		4 298,45		1 638,96
Contribuições P/Segurança Social		8 792,68		5 521,92
Fundos de Compensação		160,58		142,63
	0,00	23 323,14	0,00	19 964,43

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER / PAGAR

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Remunerações a Liquidar		51 480,96		42 883,27
Apoios Concedidos/A Conceder		156 644,00		249 686,14
Outros Valores	2 815,49	1 927,94	3 908,50	
	2 815,49	210 052,90	3 908,50	292 569,41

9. DIFERIMENTOS

A rubrica do Ativo Corrente na Conta Diferimentos, apresentava em 31-12-2022 os seguintes valores:

	2022	2021
Seguro de Saúde - Ação Social	61 900,92	56 918,31
Outros Gastos a reconhecer	7 951,89	8 716,36
	69 852,81	65 634,67

10. RECEITAS ACTIVIDADES ESTATUTÁRIAS

	2022	2021
Proveitos ao abrigo Protocolo GDA-FGDA	1 134 373,15	987 938,90
Proveitos - Direitos Prescritos GDA	500 626,85	645 000,00
	1 635 000,00	1 632 938,90

11. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Detalhe das principais rubricas a Conta Fornecimentos e Serviços Externos:

	2022	2021
Trabalhos Especializados	53.336,91	44.658,42
Publicidade e Propaganda	284,48	1.070,84
Vigilância e Segurança	579,96	574,20
Honorários	13.383,94	11.054,26
Conservação e Reparação	221,27	24,12
Ferramentas e Utensílios	2.159,54	4.981,65
Material de Escritório/Utensílios	4.975,02	1.154,63
Combustíveis	718,80	0,00
Água	662,92	237,06
Deslocações e Estadas	4.592,70	3.391,32
das quais: referentes a Atividades Estatutárias	121,60	45,10
Rendas e Alugueres	3.102,21	3.039,32
das quais: referentes a Atividades Estatutárias	0,00	441,88
Comunicação	20.046,82	21.371,10
Seguros	817,43	1.531,54
Despesas de Representação	7.165,50	4.247,13
das quais: referentes a Atividades Estatutárias	5.745,16	3.244,03
Outros Forn. Serviços	12.056,61	6.343,66
	124.104,11	103.679,25

Handwritten signature and initials in blue ink.

12. VOLUME DE EMPREGO

Durante o exercício de 2022, a Fundação GDA teve ao seu serviço, em média 10 Colaboradores.

13. GASTOS COM O PESSOAL

13.1 – Remuneração de Membros dos Órgãos Sociais

	2022	2021
Remunerações (a)	3 380,00	4 940,00
	3 380,00	4 940,00

(a) Remunerações variáveis de 2 membros do Conselho Fiscal

13.2 Gastos Totais com o Pessoal

Detalhe da rubrica Gastos com Pessoal:

	2022	2021
Remunerações	286 373,39	269 890,58
Encargos Sobre Remunerações	64 022,53	57 314,21
Outros Gastos C/Pessoal	28 658,37	21 443,53
	379 054,29	348 648,32

14. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

	2022	2021
Correções Exercícios Anteriores	2 046,00	10 908,18
Outros Rendimentos e Ganhos	0,06	130,00
	2 046,06	11 038,18

Handwritten signature and initials:
[Signature]
[Initials]

15. OUTROS GASTOS E PERDAS

	2022	2021
Impostos	3 838,43	3 252,86
Atividades Estatutárias (**)	1 119 596,33	1 176 917,45
Outros Gastos	759,30	387,10
	1 124 194,06	1 180 557,41

(**) Detalhe dos Gastos das Atividades Estatutárias:

	2022	2021
Atividades Ação Cultural	572 687,00	672 894,57
Atividades de Formação e Desenvolvimento	114 695,85	100 193,79
Atividades de Ação Social	432 213,48	403 829,09
	1 119 596,33	1 176 917,45

16. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

16.1 Gastos e Perdas Financeiras:

	2022	2021
Juros Suportados- Leasing	104,58	132,46
Despesas C/Serviços Bancários	819,48	861,8
	924,06	994,26

16.2 Juros e Outros Rendimentos Financeiros:

	2022	2021
Juros Obtidos - Depósitos a Prazo	11,68	12,64

17. IMPOSTO S/RENDIMENTO DO PERIODO

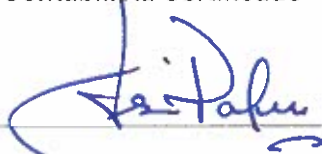
O imposto sobre o rendimento contabilizado no período no montante de Euros 2 307,92 respeita à Colecta apurada sobre o Resultado Tributável, e à Tributação Autónoma em sede de IRC e respetiva Derrama.

18. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer acontecimentos em 2023 que possam ter um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras da Fundação GDA respeitantes ao período findo em 31 de Dezembro de 2022.

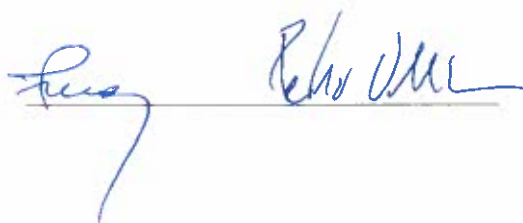
Lisboa, 22 de Junho de 2023

O Contabilista Certificado



(Membro OCC 23 168)

O Conselho de Administração



FUNDAÇÃO GDA**Exercício de 2022****RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Exmº Senhor
PRESIDENTE da DIRECÇÃO da FGDA
FUNDADOR da FGDA,

De acordo com a lei e os estatutos, cumpre-nos apresentar o nosso relatório e parecer, sobre o relatório do Conselho de Administração e as Contas do exercício de 2022.

Durante o ano este Conselho, condicionado pelas diversas situações de confinamento, informal e telefonicamente, trocou impressões com os vários departamentos e o Conselho de Administração para um melhor conhecimento da evolução da atividade desenvolvida pela Fundação GDA.

O relatório do Conselho de Administração é esclarecedor, na descrição dos factos relevantes ocorridos na vida da Fundação, complementando as contas apresentadas.

Durante o ano de 2022 o total dos rendimentos atingiu o montante de 1.637.058 € enquanto que no ano de 2021 havia sido de 1.643.990 €, ou seja, houve uma redução de 6.932 €, devido à evolução negativa dos outros rendimentos e ganhos.

Os gastos, durante o ano de 2022, foram suportados, essencialmente, com o desenvolvimento da missão da Fundação GDA, ou seja, reforçando o apoio aos artistas minimizando o efeito negativo provocado ainda pela redução de atividades culturais por causa dos confinamentos havidos, ainda que em menor número, bem como no apoio na prestação de cuidados de saúde.

Pela sua natureza, continuam a destacar-se as rubricas dos outros gastos e perdas, que, praticamente se mantiveram, com uma pequena diminuição 56.363 € (4,77 %) em relação ao ano anterior e os fornecimentos e serviços externos que aumentaram cerca de 20 mil €, acompanhando tendencialmente todo o comportamento dos rendimentos

Por outro lado, os gastos com a depreciação do ativo fixo tangível diminuíram, ou seja, passaram de 7.065 € em 2021, para 5.401 € no ano em apreciação.

O resultado apurado no exercício de 2022 foi positivo em 1.072 €, praticamente igual ao obtido em 2021, pois a diminuição de rendimentos foi totalmente compensada pela diminuição havida nos gastos com os apoios aos artistas.

Os membros deste Conselho não podem deixar de alertar, mais uma vez, a Administração para a necessidade de haver uma atenção muito especial para os gastos havidos com o pessoal.

Este Conselho manifesta o seu agradecimento pelo apoio recebido de todos membros do Conselho de Administração, bem como de todos os serviços, o qual se mostrou da maior valia para o desempenho das suas funções.

Assim, somos de parecer que aprovem:

- O relatório do Conselho de Administração e as Contas, relativos ao exercício de 2022.
- A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de administração no seu relatório.

Lisboa, 22 de junho de 2023

O CONSELHO FISCAL,

Presidente:



João Nepomuceno Baltazar de Lima

Vogal




António Bernardo R.O.C. n.º 501

sócio de

AB – ANTÓNIO BERNARDO & ASSOCIADO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Vogal:

Pedro Abrantes





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “FUNDAÇÃO GDA”, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2022 (que evidencia um total de **803.272** euros e um total de fundos patrimoniais de **550.631** euros, incluindo um resultado líquido de **1.072** euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de FUNDAÇÃO GDA em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais e aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 22 de junho de 2023



Dr. António Bernardo

Nº de Registo na OROC nº. 501 e

Nº de registo na CMVM nº 20160178



Dr. Lino Bailão

Nº de Registo na OROC nº. 1291

Nº de registo na CMVM nº 20160901

em representação de
AB – ANTÓNIO BERNARDO & ASSOCIADO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Com o Nº de Registo na OROC nº 2 e

Nº de Registo na CMVM nº 20161372